

7

A tradução no Brasil: do século 16 ao 20

7.1

Contextualização

Para compreender como a tradução começou a ser feita no Brasil, quais foram seus objetivos e o que definiu as suas práticas, faz-se necessário rever alguns momentos significativos do contexto histórico brasileiro desde a chegada dos portugueses.

No início do século 16, a nova colônia portuguesa tinha por habitantes povos indígenas que falavam centenas de línguas e dialetos⁷. Por outro lado, o colonizador português falava espanhol, português e francês, língua esta que exerceu grande influência na vida cultural do país e em particular na tradução brasileira. Além disso, como o latim era a língua oficial da Igreja Católica e a elite dirigente portuguesa era educada em padrões católicos, no século 16 os portugueses cultos “vivia[m] no mundo da cultura latina medieval” (Wyler, 2003: 32). De fato, eles usavam o latim em muitos de seus escritos, fossem eles textos religiosos, poéticos, ou mesmo relatos de viagem (ver Wyler, *ibidem*). Um terceiro grupo lingüístico contribuiu para aumentar o plurilingüismo existente no Brasil colônia: o africano. A esse plurilingüismo vinculava-se a heterogeneidade cultural, o pluriculturalismo, resultante desses três grandes grupos.

Logo após a chegada dos portugueses no Brasil, Portugal importou mão-de-obra escrava do continente africano devido à proibição da escravização indígena. Os escravos africanos trazidos para o Brasil não tinham uma única composição étnica e lingüística, mas alguns deles pertenciam a grupos tribais comuns. Para que não mantivessem sua unidade cultural, o que poderia representar risco de rebelião, esses escravos eram dispersados pela colônia. Assim que chegavam em terras brasileiras, os negros africanos eram obrigados a aprender o português, para melhor obedecerem aos colonizadores, e a língua franca, de tronco tupi – o *abanheenga*, que recebeu o nome de *nheengatu* após a

⁷ Lingüistas e antropólogos classificaram essas línguas e dialetos em 102 grupos e 3 ramos lingüísticos: *tupi*, *macro-gê* e *aruaque*.

gramaticalização feita pelos jesuítas –, para se entenderem com os índios. Vale ressaltar que além desses três grandes grupos culturais que contribuíram para a formação do português do Brasil, vários outros grupos europeus – entre eles os espanhóis, os franceses, os ingleses e os holandeses – aumentaram ainda mais o plurilingüismo e o pluriculturalismo, a partir de 1808, quando se deu a abertura dos portos às nações amigas do país.

Com essa diversidade de línguas, nesse contexto de dominação, era fundamental que existissem mediadores para que a comunicação acontecesse: estes eram conhecidos como *línguas* ou intérpretes, necessários para que a efetiva exploração das novas terras ocorresse. Por haver essa necessidade de mediação, conferia-se prestígio a quem dominasse línguas estrangeiras (ver Wyler, 2003: 34-35).

Os línguas e os portugueses degredados, estes também utilizados como intérpretes, tinham seu próprio interesse no aprendizado de línguas estrangeiras. O língua, por uma questão de sobrevivência, e os degredados, como meio de diminuir suas penas. Os colonizadores não manifestaram interesse real em conhecer as culturas dos povos indígenas e africanos: visavam uma comunicação eficaz tão somente para facilitar seu objetivo de exploração das terras e domínio sobre os colonizados.

Após a chegada dos jesuítas, em 1549, a situação profissional dos línguas se modificou. Os jesuítas tinham uma missão evangelizadora: queriam catequizar os índios, os mestiços e os filhos de portugueses nascidos no Brasil mas que não falavam o português. Os jesuítas contavam com os línguas para servirem de mediadores entre eles e as pessoas a serem catequizadas. Entretanto, por não reconhecerem a legitimidade teológica dos línguas para confessarem os índios, os mestiços e os brasileiros filhos de portugueses, os jesuítas dedicaram-se ao aprendizado da língua franca. Dessa forma, prescindindo da mediação dos línguas, estabeleceram “uma educação plurilíngüe em que missionários e alunos se transformavam em intérpretes de línguas nativas e da política jesuítica” (Wyler, *ibidem*, p. 39). Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, dizia ser obrigação dos jesuítas aprender a língua nativa dos povos a serem evangelizados (Navarro, 2001: 57).

O aprendizado da língua franca tornou possível sua utilização como língua da doutrinação, alterando naturalmente a atividade mediática dos línguas. Essa

mudança significou uma intensificação do poder dos catequizadores sobre os catequizados. Exemplo da utilização da língua franca como língua de doutrinação é *A suma da doutrina cristã na língua tupi*, tradução do padre João Azpilcueta Navarro, S.J., provavelmente a primeira tradução escrita feita no Brasil (Wyler, 2003: 39).

Em decorrência, houve necessidade de normatizar essa língua. Atribui-se ao padre José de Anchieta a primeira gramática do abanheenga, de tronco tupi, falado em toda a costa brasileira e, como já dito, rebatizado de nheengatu. Em 1595, o padre José de Anchieta publicou em Portugal a *Arte da gramática na língua mais usada na costa do Brasil*. De fato, se de um lado a gramaticalização das línguas européias foi conseqüência da Renascença, a das línguas americanas resultou da atividade missionária e da Contra-Reforma, movimento que refutou os princípios da Reforma. A Contra-Reforma, na metade do século 17, visava produzir reformas estruturais na Igreja Católica para reagir à ameaça protestante que atingia as novas terras descobertas. Uma das ações desse movimento foi banir a tradução da Bíblia em línguas européias – considerada herética – e, através do Concílio de Trento, confirmar a *Vulgata* latina como texto oficial da Igreja Católica. Na Europa renascentista, um grande número de pessoas sabia latim e poderia ler a *Vulgata*, mas algo deveria ser feito para que povos como os da América Latina tivessem acesso à doutrina cristã católica, já que eles não dominavam o latim. O Concílio de Trento permitiu que as verdades fundamentais da fé cristã, as orações e as instruções sobre os sacramentos fossem compiladas em línguas nativas dos povos das novas terras. A essa compilação deu-se o nome de Catecismo Romano. O catecismo foi traduzido para o tupi após 1553, com a chegada de José de Anchieta ao Brasil (ver Navarro, 2001: 58 e Wyler, 2003: 47).

Até onde se sabe, a tradução oral no Brasil vigorava desde a chegada dos portugueses, devido à necessidade de mediação entre colonizadores e colonizados, ao passo que a tradução escrita, objeto deste trabalho, só teve início após a chegada dos jesuítas. Durante longo tempo a tradução esteve circunscrita às atividades escolar e burocrática, e era realizada para línguas diferentes do português.

A tradução escrita enfrentou sérios obstáculos ao seu desenvolvimento, dentre os quais a ausência de demanda, pois somente a elite manifestava interesse pela leitura de textos, traduzidos ou não. As políticas em relação à educação e à

imprensa, que Portugal sancionou no Brasil, além da consolidação tardia do português como língua nacional (1823), contribuíram para intensificar essa situação, o que será visto a seguir.

Embora as escolas e os livros existissem no Brasil colônia desde 1549, eles se restringiam a alguns lugares e a uma clientela seleta. D. João III (1502-1557) concedeu aos jesuítas o monopólio do ensino e da catequese no Brasil “a título de missões”. Já que as missões destinavam-se apenas a formar sacerdotes para a evangelização das novas terras, os jesuítas foram eximidos do dever de ensinar a todos indiscriminadamente. Essa política gerou impacto discriminatório no desenvolvimento do Brasil, com conseqüências na tradução: “o analfabetismo de massa e a elitização e estrangeiramento do ensino” (Wyler, 2003: 54).

A escola democrática, universal e brasileira inicialmente idealizada e fundada pelo padre Manuel da Nóbrega aos poucos foi se transformando, por pressão da metrópole, num instrumento de segregação não só do negro por ser escravo mas igualmente do índio, da mulher e do pobre (*ibidem*).

Outro obstáculo ao desenvolvimento da tradução no Brasil foi a proibição de impressão no país, a qual vigorou até 1808, quando a corte portuguesa se transferiu para cá. Contudo, apesar da proibição de imprimir, os livros circulavam no Brasil e os jesuítas, que inicialmente copiavam à mão as cartilhas de leitura, importavam livros, legal ou ilegalmente, e construíram excelentes bibliotecas. Durante dois séculos essas bibliotecas – que contavam com muitas obras em francês, espanhol, inglês, italiano, latim e grego, mas sobretudo com obras francesas originais ou em traduções, e de obras de outras línguas em traduções (indiretas) do francês – foram muito importantes para a formação cultural e intelectual da juventude e para a manutenção do plurilingüismo.

Apesar de atribuir-se aos jesuítas a elitização do ensino, com sua expulsão em 1759 este quadro parece não ter se alterado: só havia escolas nas cidades mais importantes, e, mesmo assim, em número limitado. Até a independência do Brasil em 1822, o número de pessoas alfabetizadas era de aproximadamente 20 mil, o equivalente a 0,5% da população da época. A Constituinte de 1823 tentou resolver essa situação, garantindo o direito de instrução a todos, mas isso não ocorreu (*ibid*, p. 56).

Segundo Wyler (2003), o estrangeiramento das elites brasileiras pode ser explicado pelas influências culturais a que o Brasil estava exposto: a portuguesa, a espanhola e a francesa; esta por intermédio dos portugueses, que eram fortemente marcados pela cultura francesa. A dependência cultural que Portugal tinha da França era histórica e a essa dependência somou-se a da Inglaterra, no âmbito da economia, a partir do século 16. Tais condições se reproduziram mais tarde no Brasil.

A influência cultural francesa se estabeleceu no Brasil com os jesuítas, tendo chegado a língua francesa a competir com o português e o tupi pelo privilégio de ser a língua nacional. Foi só em 1823, com a Constituinte, que se decretou o português como língua oficial do país.

A vinda da corte portuguesa e a fundação da Imprensa Régia, ambas em 1808, foram fatores que estimularam o desenvolvimento da tradução no Brasil. O grande fluxo de cortesões e funcionários civis bem remunerados e a abertura dos portos brasileiros a mercadorias e missões culturais e econômicas estrangeiras, além de alterarem o comércio, modificaram também os hábitos da sociedade de então. Alguns hábitos trazidos pela corte, como a leitura de traduções, por exemplo, rapidamente tornaram-se hábitos também dos moradores do Brasil colônia.

De cerca de 60 mil habitantes, quando da chegada de D. João VI, em 1808, o Rio de Janeiro passa, na metade do século, a cerca de 200 mil, para atingir, em 1880, 400 mil – crescimento considerável de uma sociedade ainda basicamente rural e escravocrata, nação a se formar, já imersa na perene contradição de ter que estar a par e passo com o mundo ocidental civilizado sem possuir, no entanto, substrato histórico nem desenvolvimento: contradição do próprio continente, preguiçosas províncias a imitar Paris... (Coco, 2005: 77)

Nas traduções, que muitas vezes eram imitações (adaptações) de romances sentimentais, o editor português retirava o nome do autor e modificava os títulos, colocando em seu lugar algo mais tentador e sugestivo.

O desenvolvimento da nova atividade tradutória no Brasil do século 19 contou com obstáculos que dificultaram seu crescimento. A imprensa Régia, criada em 1808, significou o fim da proibição de imprimir no Brasil, o que possibilitou a impressão de obras escritas originalmente em português ou traduzidas para essa língua; entretanto, outros obstáculos ainda existiam: o

controle da alfândega – que confiscava livros proibidos pela polícia –, a censura e o alto preço do papel importado.

A partir de 1821, a publicação e a entrada de livros estrangeiros pela alfândega passaram a não depender mais de censura ou licença, fato que abriu novos horizontes tanto para livreiros quanto para tradutores. As tipografias se multiplicaram e os tradutores centuplicaram de 1808 a 1890 (Wylter, 2003: 83-84).

Mas a França manteve seu domínio cultural, exportando legalmente livros para o Brasil e abrindo aqui várias livrarias. A forte indústria tipográfica francesa expandiu seus negócios no país através da exportação de livros e no catálogo das livrarias brasileiras havia muito mais livros de autores franceses do que de qualquer outra nacionalidade. Os livros importados tinham um preço menor, pois no Brasil o custo do papel era ainda muito alto por conta dos impostos de importação. Naturalmente, para haver uma produção cultural nacional era fundamental que o Brasil não precisasse importar o papel, o que veio a ocorrer, em parte, em 1920 e, definitivamente, só em 1976.

Mesmo tendo enfrentado vários obstáculos de natureza política, ideológica e econômica – colonização, proibição de impressão, censura e custos de importação de papel, entre outros –, a prática tradutória ainda assim prosperou no século 19. Nesse século, a tradução encontrou outra forma de se expandir no Brasil: através dos jornais (que já existiam em número razoável), com a tradução dos romances-folhetins. A divulgação desse tipo de romance se revelou uma experiência relativamente barata e popular, já que era de mais fácil acesso do que romances publicados na forma de livros.

7.2

A prática tradutória dos romances-folhetins no Brasil do século 19

Atribui-se a Émile Gerardin a invenção do romance-folhetim na França. Esse gênero de narrativa nasceu inspirado no sucesso dos melodramas encenados no teatro, nos quais sempre havia elementos sensacionalistas que prendiam a atenção do espectador, o que contribuía para o sucesso da peça. Por volta de 1836, Gerardin, atraído pelos lucros possíveis, decidiu publicar em jornais romances com características semelhantes. Esses romances eram publicados no rodapé das páginas dos jornais e o público se habituou a procurá-los nos jornais, onde

apareciam divididos em partes ou capítulos, estratégia que gerava uma curiosidade no público e impulsionava a venda dos jornais (ver Esteves, 2003: 136).

Esse gênero foi introduzido no Brasil por Justiniano José da Rocha, jornalista político de destaque durante o Segundo Reinado (1840-1889). Rocha, ao perceber a popularidade do romance-folhetim na França, escreveu folhetins e traduziu vários outros do francês – entre os quais *Os miseráveis*, de Victor Hugo – para os jornais brasileiros (Paes, 1990: 19).

O romance-folhetim fez grande sucesso na época, “arrebata[ndo] a paixão do público e multiplica[ndo], por conta disso, a venda dos jornais” (Esteves, 2005: s.p.). Segundo Cocco (2005: 79), “leituras coletivas em serões reúnem a família e os agregados no mesmo fascínio, a ouvir aventuras e desventuras de inocentes vítimas às voltas com empedernidos vilões, como bem aponta José de Alencar, recordando sua infância”. Autores como José de Alencar e Machado de Assis chegaram a publicar seus livros em formato folhetim. A produção nacional, entretanto, ainda era incipiente para atender à grande demanda dos leitores brasileiros. Segundo Paes (1990: 20), “tão grande foi a voga do folhetim romântico no Brasil que logo se verificava um ‘desequilíbrio entre a apetência do público e a capacidade nacional de produção’”. A tradução passou a ser estimulada para atender às necessidades dos jornais. Além da escassa produção brasileira, vale ressaltar que o fascínio nacional pela Europa, sobretudo pela França, explica também o grande número de folhetins traduzidos do francês. A própria produção nacional ficava bem próxima do estilo europeu; tanto que Machado de Assis chegou a dizer que “escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil” (Wyler, 2003: 93).

A versão dos romances-folhetins franceses para o português seguia as estratégias da imitação: os textos eram adaptados, expandidos e reduzidos. Justiniano Rocha justifica tal prática:

Será traduzida, será imitada, será original a novela que ofereço, leitor benévolo? Nem eu mesmo que a fiz vô-lo posso dizer. Uma obra existe em dois volumes, e em francês, que se ocupa com os mesmos fatos; eu a li, segui seus desenvolvimentos, tendo o cuidado de reduzi-los aos limites de apêndices, cerceando umas, ampliando outras circunstâncias, traduzindo os lugares em que me parecia dever traduzir, substituindo com reflexões minhas o que me parecia dever ser substituído; uma coisa só eu tive em vista, agradar-vos. (*apud* Esteves, 2003: 142)

A explicação de Justiniano Rocha é uma forma de justificar as alterações que realizou em sua tradução. Agradar ao público era o alvo maior. Assim, a princípio, o texto traduzido mantinha o ambiente parisiense, os hábitos franceses, denotando submissão à cultura francesa. Essa tendência revela a força da ideologia dominante internalizada pelos tradutores brasileiros da época: se na França a forma de traduzir era regida pela noção das *belles infidèles*, no Brasil a prática tradutória se pautou pela mesma noção. Na tradução de *A filha do general*, por M. de C., realizada para o *Correio das Modas* em 1839, é possível conferir a tendência em “melhorar” o original, típica das traduções francesas da época: “Lemos esta novela em uma famosa revista, e por ser muito bonita a traduzimos; todavia cortamos alguns pormenores desnecessários” (*Correio das Modas* n.24, 1839, *apud* Coco, 2005: 82).

Em 1853, em uma nota no *Jornal das Senhoras*, destaca-se ainda outra razão para uma prática tradutória que se utilizava de alterações e omissões:

Encetamos hoje a publicação do romance do sr. Dumas Filho, intitulado “A dama das Camélias”. Por vezes trepidamos em dar publicidade a este romance na língua vernácula, porque, sendo obra escrita dissolutamente, *nos pareceu que sua versão transgrediria* os preceitos que nos temos imposto na escolha dos artigos que saem a lume neste jornal, mas, tendo a pessoa que nos ofereceu a presente versão *feito habilmente alguns cortes e supressões nele, nos resolvemos a admiti-lo assim nas colunas do Jornal das Senhoras*. Concluindo, agradecemos ao tradutor incógnito o valioso presente que nos fez, e recomendamos a todos a leitura desta história verdadeira e contemporânea cuja versão, se não é servil, se não traduz palavra-por-palavra, dificilmente encontrará no original uma idéia, um pensamento, que no português não tenha a frase equivalente. (*Jornal das Senhoras*, 03/07/1853, *apud* Coco, 2005: 82, grifos meus)

Coco (2005: 82), em sua análise das traduções de romances-folhetins, diz que “o mais provável a justificar ‘cortes’ e ‘supressões’ [...] terá sido a reação puritana do público leitor (suspeitamos, masculino, que já acusara, em carta, as redatoras de ‘não serem mulheres’, pois ‘escrevem como homens’...)”. Ainda que tenha sido, de verdade, a razão pela qual os tradutores optaram por modificar o original, é possível entrever uma outra explicação para as alterações feitas à época: o que estava em jogo era o dinheiro, mola mestra do poder. Se as traduções não agradassem ao público, o jornal perderia a renda, aumentada com a

publicação dos romances. Mais uma vez, o contexto social determinou uma política de ação que, por sua vez, determinou a estratégia tradutória a ser adotada.

O termo “patronagem”, utilizado pelo teórico da tradução André Lefevere, pode ser uma maneira de explicar o ocorrido com a tradução no *Jornal das Senhoras*. Segundo Lefevere (*apud* Oliveira, 2002: s.p.), “patronagem pode ser entendida como o poder exercido por pessoas e instituições (partidos políticos, editores, jornais, revistas, televisão, etc.), que determinam o que será permitido ou não ser lido, escrito ou reescrito em termos de literatura”.

Ainda em relação à maneira como era feita a tradução de romances-folhetins, é digno de nota que o tradutor em alguns casos fazia literalmente a vez de autor. Isso ocorria quando chegavam ao Brasil com atraso os capítulos dos romances, os quais eram aqui traduzidos e publicados simultaneamente à sua publicação na França. Um típico exemplo desse caso foi o que houve com *Rocambole*, de Ponson du Terrail, famoso romance-folhetim da época, traduzido por Souza Ferreira e publicado no *Jornal do Comércio*: um atraso na chegada dos originais fez com que o tradutor continuasse a escrever a história para que não fosse interrompida a sua publicação. Por ser um folhetim bastante popular, a história não podia parar; tudo era aceitável, menos interromper a história. Souza Ferreira, o tradutor,

chegou a matar alguns personagens. Tal medida lhe custou trabalho em dobro, quando a regularidade do correio foi restabelecida e o tradutor teve acesso de novo aos originais. Foi necessário “ressuscitar” personagens para conciliar o trecho da história criado pelo tradutor com o restante, produzido pelo autor. (Esteves, 2005: s.p.)

Tal era o sucesso dos personagens dos romances-folhetins entre os brasileiros, que, a propósito de *Rocambole*, o fato de os leitores terem sido fortemente seduzidos e influenciados pela linguagem de um dos mais famosos personagens scandalizou cronistas da época, que destacaram o “esquecimento” da língua portuguesa.

Nos botequins, pelas ruas, tudo é “Rocambole”.
Daqui a dois dias haveremos de ver um “dandy”, entrar em um “restaurant”, sentar-se, segundo as leis da etiqueta, em uma cadeira em frente de uma mesa, torcer o bigode e pedir ao “garçon” “filet” com “petit pois au Rocambole”, “mouton au Rocambole” “du veau sauce tomate au

Rocamboles” e pedir enfim em francês todos os pratos a Rocamboles! (...) Decididamente, o senhor Ponson du Terrail vai à posteridade! (Coco, 2005: 83-84)

Apesar do grande sucesso alcançado pelos romances-folhetins, esse gênero de produção era considerado de segunda linha, pois sua estrutura simplificada, aliada a uma construção banal de linguagem, estava longe de representar uma produção literária no sentido estrito. Todavia, autores de literatura brasileira foram influenciados pela tradução dos folhetins no século 19. Citando Soares Amora, Paes afirmou que o sucesso dos romances-folhetins foi tão grande no Brasil que a invasão do romance estrangeiro (freqüentemente em más traduções, do que, infelizmente, o grande público não se apercebe), [...] cheg[ou] a contaminar o nosso romance de processos técnicos, temas e concepções da vida, estranhos à nossa mentalidade. (*apud* Paes, 1990: 20)

Segundo Paes (*ibidem*), “foi sabidamente para reagir contra semelhante contaminação, a que ele próprio de resto não ficou imune, que Joaquim Manuel de Macedo escreveu *A moreninha* [1844]”. Nessa afirmação de Paes parece haver também um sinal da necessidade de o romance brasileiro do século 19 afirmar a identidade nacional. Assim, os romancistas passaram a criar personagens bem brasileiros e a abrigar paisagens e ambientes. Como exemplo disso temos *Maria, ou vinte anos depois*, romance de Joaquim Noberto de Souza e Silva publicado em 1844, que tem como início do primeiro capítulo um elogio às montanhas da Gávea.

Depois da Independência o pendor [de brasilidade] se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. Isto explica a importância atribuída [...] à “tomada de consciência” dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam (Cândido, 1981: 26).

Guardadas as devidas proporções, a produção literária brasileira do século 19 representou um ganho significativo no âmbito do projeto de um país que, em 1822, conquistava sua tardia independência política.

7.3

A tradução no Brasil da primeira metade do século 20

No século 20, vários fatores de ordem sócio-econômico-política favoreceram a produção de livros no Brasil e contribuíram para o aumento da atividade tradutória. A Primeira Guerra Mundial praticamente interditou o comércio marítimo entre a Europa e o restante do mundo ocidental, o que fez com que o Brasil fosse obrigado a voltar sua atenção sobre si mesmo. Isso, no que diz respeito ao mercado de livros, representou um grande crescimento do parque editorial. Os autores nacionais passaram a ser priorizados e, ao mesmo tempo, a atividade tradutória conheceu um crescimento até então inédito. Antes mesmo da década de 1930, várias editoras já estavam estabelecidas no mercado brasileiro. Embora o direito autoral já estivesse consolidado desde 1916, ainda vigoravam transgressões conhecidas vulgarmente como “pirataria” de textos estrangeiros.

Quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República, em 1930, à frente de uma revolução nacionalista, implantou no país um projeto de educação com vistas a minimizar o analfabetismo, qualificar a mão-de-obra do trabalhador, dentre outras medidas, para que o país fosse alçado à categoria de nação em processo de desenvolvimento. Vargas “propunha substituir importações industrializando o país, aprovar novas leis trabalhistas, educacionais e eleitorais e promulgar uma Constituição mais adequada a suas metas” (Wylter, 2003: 108). Para que a demanda de livros aumentasse, possibilitando substituir a importação de livros estrangeiros por uma produção nacional, era importante estimular a alfabetização; estimular ainda a publicação de livros, revistas e jornais de cunho educativo e a tradução de obras inéditas. Em 1937, Vargas criou o Instituto Nacional do Livro (INL) para alavancar mais esse processo de industrialização e difusão do livro no Brasil. Esse instituto controlaria “apenas traduções escolhidas e subsidiadas de ‘obras raras e preciosas’ que interessassem à cultura nacional, especialmente relatos de viajantes estrangeiros nos séculos anteriores” (Wylter, 2003: 109). As demais traduções deveriam passar pelo controle do Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia – criado em 10 de novembro de 1937, mesmo dia em que o Estado Novo foi decretado –, o qual deveria controlar a produção intelectual, visando a defesa do Regime e do governo. Como as taxas de

importação encareciam os livros importados, o Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia deu parecer favorável ao incremento das traduções.

Em setembro de 1939, quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu, novamente surgiram restrições às importações européias. No Brasil, o regime Vargas intensificou a censura política no período entre 1939-1942. De fato, em 1939 Vargas fundou o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – com o objetivo de melhor controlar a entrada no país de publicações que pudessem atentar contra a ideologia e o programa de governo. Toda a produção intelectual passou a ser tenazmente controlada pelo DIP, e os escritores – e intelectuais, em geral – que não se enquadravam nos ditames do poder foram presos e tiveram suas obras censuradas ou destruídas.

Com a censura da Era Vargas (1930-1953), muitos escritores já consagrados dedicaram-se, como alternativa tanto de subsistência quanto de manutenção do contato com os leitores, à tradução de livros infantis. Com isso, familiarizavam-se com o pensamento europeu e norte-americano ao mesmo tempo em que não se indispunham com o governo. Foi quando no país ao ofício de escrever somou-se o de traduzir. Nasceram os *autores-tradutores*.

As editoras, que àquela época já estavam consolidadas e já eram empreendimentos rentáveis, tiveram de se render a esse nicho de mercado. Os autores-tradutores passaram a ser disputados. Além de literatura infantil, as editoras organizaram coleções de autores estrangeiros em geral e, passada a guerra, de ficção estrangeira de autores já falecidos – um recurso de economia em relação aos direitos autorais. Com isso, o número de tradutores no mercado cresceu. A Era Vargas, caracterizada em parte pela revolução nacionalista, alavancou o progresso da indústria livreira, estimulou as traduções brasileiras e atenuou a influência da cultura francesa, substituída pela norte-americana. Segundo Milton (2002: 13), “certamente podemos dizer que a tradução foi um dos elementos mais importantes na nova hierarquia das línguas estrangeiras no Brasil”.

Entre os autores-tradutores da primeira metade do século 20, o mais polêmico e prolífico foi Monteiro Lobato, que em seu tempo teve plena consciência da importância do tradutor para as editoras, para a difusão de conhecimentos e para a divulgação de idéias políticas. Em 1937, Lobato chegou a ser o autor que mais vendeu livros no Brasil,

com 1.200.000 exemplares de livros e traduções sob sua responsabilidade, ou seja, mais da metade dos 2.300.000 exemplares impressos pela Companhia Editora Nacional e sua sucursal, a Editora Civilização Brasileira. Tal cifra constitui praticamente um terço da produção total brasileira nesse ano. (Miceli, 1979: 75-76)

Em sua prática tradutória, Monteiro Lobato inovou ao usar a linguagem coloquial, fato que deu início a uma nova fase da literatura juvenil. Até então, as traduções voltadas para esse público eram feitas para o português de Portugal, o que tornava o texto quase ininteligível, pois o português do Brasil já apresentava grandes diferenças em relação àquele de Portugal. Lobato traduziu obras como *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carrol, *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, entre outras, e aproximou do público infantil brasileiro esses personagens de outros países ao colocá-los em sua obra *O sítio do picapau amarelo*.

Na verdade, o objetivo de Lobato era facilitar a leitura para torná-la mais agradável e acessível ao leitor, com vistas a permitir um entendimento imediato. Para tanto, utilizava a linguagem coloquial, pois o público leitor brasileiro de então era ainda menos culto do que o atual. Como editor, Lobato buscava atender as expectativas do público para que a venda de livros aumentasse e, com elas, os lucros. Para “Lobato editor importava menos o conteúdo de seus livros do que o fato de eles atenderem à necessidade do público, dando lucro a seu produtor” (Vieira *apud* Martinez, inédito, p.8). Na tradução, Monteiro Lobato apropriava-se do original e o adaptava à realidade e às necessidades do leitor brasileiro: “para tornar um livro mais atraente para o público brasileiro, Monteiro Lobato faria o que fosse preciso: simplificar, abasileirar, resumir, explicar; ou seja, adaptar” (Martinez, *op.cit.*, p.17).

Além de Monteiro Lobato, vários autores-tradutores, tais como Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Érico Veríssimo, contribuíram para o sucesso comercial das principais editoras na primeira metade do século 20. As principais editoras desse período foram a Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, a Editora Globo e a Editora José Olympio, e o gênero de maior sucesso era a literatura de ficção.

Dentre todos os gêneros editados de 1938 a 1943, a literatura de ficção ocupa o primeiro posto em virtude dos elevados índices de venda que alcançaram os chamados gêneros “menores”, isto é, os romances das

coleções “menina-moça”, os policiais e os livros de aventuras, aos quais se pode acrescentar as biografias romanceadas, gênero que detém a sétima posição no “ranking”, e mais uma parcela das obras infantis. Quando se considera o conjunto dos gêneros literários (ensaios, crítica, história literária, poesia, teatro, etc.), a produção nessa área chega a cobrir 38% dos títulos. (Miceli, 1979: 85-86)

No entanto, é preciso destacar que o aumento da demanda por esses tipos de produção escrita correspondeu a circunstâncias do contexto histórico de então, vale dizer, de uma classe média mais estável socialmente e que se mostrava exigente em relação ao entretenimento. Proliferaram as publicações – traduzidas ou não – que, de certa forma, normatizavam os comportamentos: como ser boa dona de casa; como fazer boas receitas; como vencer na vida; como emagrecer etc. Tratava-se, no pós-guerra, de editar supostas normas de bem viver e estimular o consumo de livros. Tal situação indicava o quanto a intelectualidade estava submetida às demandas do consumidor.

A qualidade duvidosa das traduções brasileiras acabou chamando a atenção de críticos da época. Elas eram encomendadas aos autores porque se entendia que, sendo eles conhecedores da língua-materna, o produto final seria bom. Escapava aos editores que os autores traduziam porque ganhavam muito mais traduzindo do que escrevendo (ver Wyler, 2003: 121). Além disso, o fato de saber escrever bem na língua-materna não é garantia de boa tradução. Mas, justamente porque eram autores consagrados, esses autores-tradutores colocavam-se numa posição de igualdade em relação ao autor estrangeiro, dessacralizando o original e apropriando-se dele para fazer alterações muitas vezes gravemente arbitrárias. Comumente os autores-tradutores precisavam traduzir a “toque de caixa” para que o rendimento aumentasse. Assim, não era incomum haver traduções que, mesmo sem problemas com a língua-meta, apresentavam problemas de tradução.

Para solucionar tal situação, a Editora Globo – fundada em 1883 como uma simples papelaria-livraria-gráfica e que prosperou muito no governo de Getúlio Vargas –, através de seu editor, Érico Veríssimo, lançou mão de estratégias para controlar a qualidade das traduções. Para tal, passou a contratar os tradutores como trabalhadores fixos e com remuneração também fixa. O livro era entregue ao tradutor, que trabalhava na sede da editora. Terminada a tradução, esta e o original eram entregues a um especialista nas duas línguas para cotejar e

verificar a fidelidade da tradução. Depois, outro especialista analisava o estilo do livro com o tradutor. Quando havia divergência, um árbitro era convocado para resolver o impasse. Essa estratégia e as modificações nas condições de trabalho do tradutor – agora amparado por uma legislação trabalhista e por salários mais dignos – inauguraram a Idade de Ouro da tradução no Brasil (ver Wyler, 2003: 124-129).

7.4

A prática tradutória do Clube do Livro: de 1943 a 1960

A expansão significativa na comercialização do livro no correr dos anos 1930 no Brasil favoreceu a criação do Clube do Livro, que começou a funcionar em 1943. Com o objetivo de estimular a leitura, o Clube do Livro publicava livros mensais a aproximadamente um terço do preço dos livros vendidos em livrarias. Os livros eram entregues pelo correio ou por entregadores. A missão do Clube era levar livros baratos ao maior número possível de pessoas, permitindo-lhes montar uma biblioteca caseira. O Clube do Livro teve um grande sucesso, pois popularizou o livro. Estimulado pelo conhecimento advindo das leituras, o público teria sede de mais e, assim, compraria mais livros, realizando o objetivo das editoras de vender cada vez mais, e, igualmente, do governo, que, apostando no progresso, desenvolveu uma campanha de difusão do livro. Este teria de ter características que atendessem aos desejos do leitor e ser lucrativo para a editora. Assim foi desenhado o perfil das práticas tradutórias do Clube do Livro.

O Clube do Livro dependia da rapidez com que eram feitas as traduções para poder cumprir os prazos mensais. Eram igualmente importantes o montante de vendas, os preços e o número de páginas. (Milton, 2002: 86)

Como as demais práticas humanas, a tradutória estava subjugada ao contexto histórico da época; assim, o tema da obra a ser traduzida, o tipo de linguagem da tradução, as omissões e alterações no texto, além da atitude paternalista para com o leitor, obedeciam a um conjunto de normas ditadas pelo editor, que, por sua vez, seguia determinações de ordem política e econômica.

O tema era importantíssimo para a escolha da obra a ser traduzida: evitavam-se os temas passíveis de questionamento político-ideológico. Se por acaso os houvesse, seriam omitidos ou modificados na tradução. Como a época

era de ditadura e, portanto, de forte censura, pontos de vista políticos inaceitáveis eram retirados. Pobreza e opressão eram deixados de fora. Reflexões psicológicas e elementos sexuais também eram omitidos. As traduções deveriam despertar emoções para prender a atenção do leitor; “apenas as emoções importam: amor, excitação, realização ou esforço” (Milton, 2002: 86). O enredo deveria ser de fácil compreensão. Quando, no original, características nacionais eram colocadas em discussão, a tradução as omitia ou as “aparava”, assim como elementos que sugerissem anticatolicismo. A tradução deveria servir também para reforçar o *status quo* ideológico; portanto, elementos que pudessem ameaçar a ideologia dominante deveriam ser omitidos (ver Milton, 2002: 107-112).

A linguagem traduzida deveria ser homogeneizada, ou seja, deveria ser “melhorada” para o português padrão, e a multiplicidade de dialetos contidos nos originais eram transformados em um único tipo de linguagem na tradução. Gírias e palavras de baixo calão não deveriam estar presentes na tradução; era comum uma elevação geral do registro. Milton (2002: 52) diz que, “ao estudar as traduções de romances clássicos do inglês para o português, realizadas entre 1945 e 1975 [...], descobri que nunca foram utilizados falares de baixo padrão ou gírias nas traduções”. Seguindo essa tendência, elementos escatológicos também eram suprimidos:

Na recontagem de Monteiro Lobato, *Viagem de Gulliver ao país dos homenzinhos de um palmo de altura* (1937), Gulliver apaga o incêndio no palácio com seu chapéu, em vez de urinar em cima dele; e na versão infantil, condensada por Barros Ferreira, *Viagens Maravilhosas de Gulliver* (1953), Gulliver tira um vidro de tinta de sua bolsa e despeja o conteúdo sobre o palácio para apagar o fogo. (*ibidem*, p. 111-112)

É possível traçar um paralelo entre essa prática tradutória e as *belles infidèles* francesas do século 17. Em ambas, com a justificativa de agradar o leitor, era aceitável alterar bastante o texto original. Quanto ao estilo, as fontes apontam para uma ausência de complexidade estilística; o que contava eram as emoções.

As condensações – para que o produto final tivesse um certo número de páginas que garantissem o lucro do negócio – eram prática comum. Havia as condensações explícitas e as encobertas. Nas explícitas, as traduções não escondiam os cortes e adaptações. Nas encobertas, o fato de serem traduções condensadas era disfarçado. Muitas publicações de traduções condensadas do

Clube do Livro eram conhecidas por “traduções especiais”, para não deixar claro que eram condensações (*ibid*, p. 94). Traduzir sem condensação tornaria o livro mais caro, já que o peso do livro influenciava no custo final – muitos livros eram enviados pelo correio.

A atitude paternalista em relação ao leitor era outra característica marcante das traduções do Clube do Livro entre os anos de 1943 e 1960. Vale lembrar que o Clube do Livro era destinado a pessoas de classe média baixa, o que significava, naquela época, um público que não tinha o hábito da leitura nem um alto nível de escolaridade. Esses fatores contribuíram para a atitude paternalista do editor para com o leitor. Palavras pouco conhecidas ou estrangeiras, além de referências clássicas, vinham com explicações e até conselhos em notas de rodapé. Quanto ao texto literário, este era transformado para que houvesse clareza de linguagem, o que, naturalmente, destruía a tessitura do discurso literário, necessariamente ambíguo. Havia também na tradução grande utilização de notas, para facilitar a leitura e explicar o significado de alguma palavra ou expressão que julgassem complicada para o leitor. Essas notas serviam também para “educar” os leitores. Na tradução de 1958 de José Maria Machado da obra *O professor*, do original de Brontë, havia uma nota de rodapé de mais de meia página contendo orientações aos leitores sobre hábitos nutricionais, já que no original havia referências aos precários hábitos de comer e beber de autores e personagens. Os editores do Clube do Livro, preocupados que o leitor pudesse copiar esses hábitos, fizeram a seguinte nota:

Por essa pequenina frase, brilhantemente traduzida por José Maria Machado, *fidélissimo, como sempre*, ao difícil texto do original inglês, percebemos que para Charlotte Brontë [*sic*], nascida em 1816 e falecida em 1855, com apenas 39 anos de idade, comer e beber eram “rudes cuidados”. Esta errada concepção vem de longe e atinge inúmeras pessoas que julgam ato inferior o indivíduo ter certo encanto pelas coisas alimentares, e que é elegante não comer ou comer pouco. *Êste erradíssimo* ponto de vista tem feito muitas vítimas; a própria Charlotte Brontë talvez tenha pago com a vida o descaso alimentar que se adivinha no que escreve. A tuberculose, que a levou tão cedo deste mundo, não teria sido conseqüência do seu êrro alimentar? (*apud* Milton, 2002: 45, grifos meus)

Como explicação para tal prática, os editores do Clube do Livro amparavam-se nos objetivos do próprio Clube:

Como as nossas edições, desde 1943 [...] circulam, livremente, em todos os lares e vêm sendo adotadas [...] por inúmeros estabelecimentos de ensino, procuramos [...] comentar e explicar o texto, a fim de que a literatura cedida aos nossos distintos associados e leitores de todo o País tenha o tríplice objetivo: recriar-lhes o espírito, ilustrá-lo e, quando possível, elevá-lo. (Milton, 2002: 148)

Se os editores ditavam as regras, por sua vez estavam submetidos ao poder político que controlava toda a produção intelectual da época. Quando o tradutor não obedecia às normas editoriais, o editor podia não permitir a publicação da tradução. Sob o ponto de vista do editor, o aspecto mais importante era o comercial. Talvez, por isso, Milton tenha feito um paralelo entre a linha de produção industrial e as traduções feitas às pressas, com vistas a atender uma demanda do mercado de massa. Fomentar o interesse por livros era uma missão para os editores que perseguiram os lucros a todo custo. Exemplo disso é o fato de eles terem percebido que “reciclar” uma tradução já existente era bem mais barato do que pagar por uma nova.

As viagens de Gulliver a terras desconhecidas foi publicado numa versão muito resumida, pelas Edições Cultura, em 1940, com a nota: “traduzida para o português por Henrique Marques Junior, ‘escrupulosamente revisada e modernizada’”. “Escrupulosamente revisada” é um eufemismo para “foram feitos cortes enormes”. (*ibidem*, p. 124)

Quanto às obras clássicas traduzidas nesse período, estas eram adaptadas para determinado público-leitor. A obra original sofria ou não cortes, dependendo de a quem se destinava. De maneira geral, as obras clássicas eram traduzidas numa linguagem “facilitada”, com vistas a alcançar um maior número de leitores. Por isso, talvez, Umberto Eco (1993: 41) tenha feito referência ao fato de a cultura de massa transformar os clássicos em produtos de consumo.

De fato, segundo Milton (2002), o gosto por uma literatura de fácil leitura, que se firmou na metade do século 19 e durante o século 20, levou a padrões estereotipados de muitas obras de ficção, moldando a expectativa do leitor em relação aos livros. Certamente esse processo reforçou a cultura de massa e a atitude passiva dos leitores em relação a qualquer dominação cultural. Talvez por isso a prática tradutória predominante no Clube do Livro tenha privilegiado estratégias de homogeneização da linguagem, notas de rodapé com julgamentos, explicações e conselhos, além de cortes e alterações significativas.

Milton, em *O clube do livro e a tradução* (2002), propõe três tipos de mercado consumidor de livros. O primeiro, o literário, para o qual a tradução era completa, sem cortes – as coleções dos clássicos da Editora Globo. O segundo, para o qual as condensações disfarçadas eram produzidas – ocultava-se o fato de terem sido condensadas: as “traduções especiais” do Clube do Livro. Essas condensações em geral eram vendidas a preço reduzido e, devido aos custos de produção, obedeciam a um certo número de páginas. Finalmente, o terceiro mercado: o das mulheres e crianças, para o qual eram produzidas as condensações explícitas, ou seja, aquelas em que ficava claro para o leitor que eram traduções com cortes. Nortearam essas práticas tradutórias as relações do poder econômico mediadas pelo mercado editorial.

Quaisquer que tenham sido as circunstâncias adversas às quais os tradutores estiveram submetidos, no Brasil a tradução foi importante na medida em que aproximou o Brasil de países estrangeiros. O leitor brasileiro, graças à tradução, pôde sentir-se parte do mundo. Sônia Amorim, em seu trabalho sobre a Editora Globo, de Porto Alegre, diz:

a atuação da Globo, uma editora de província, na edição de literatura traduzida, ironicamente desprovincianizou e modernizou o leitor brasileiro, tirando-o do atraso em que se encontrava e colocando-o no nível dos leitores de países mais desenvolvidos. (*apud* Milton, 2002: 135)